

*3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.12.2011

3.2. - 12.01.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

- . CENTRO ESCOLAR DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS E DE POMBALINHO
- . Contrato de Manutenção das Instalações Electromecânicas (AVAC)
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

- . CENTRO ESCOLAR DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS/POMBALINHO
 - Revisão de Preços

Ponto 6. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
- . EB1 de Alfarelos
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 7. **EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

- . PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB
- Contrato – Programa // Adenda -- Ano Lectivo 2011/2012

Ponto 8. **EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

- . CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE SAMUEL
- . Contrato de Manutenção das Instalações Electromecânicas (AVAC)
- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 9. **EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

- . CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE SAMUEL
- Revisão de Preços

Ponto 10. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
- . Vinha da Rainha
- 10.1. Trabalhos a Menos
- 10.2. Revisão de Preços
- 10.3. Homologação do Auto de Recepção Provisória
- 10.4. Alteração à Candidatura

Ponto 11. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . POLIDESPORTIVO DA FREGUESIA DE DEGRACIAS
- . Construção de Balneários
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 12. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS
- . Piscina Municipal de Vila Nova de Anços
- . Impermeabilização das Caleiras e Tanque de Compensação
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 13. ACÇÃO SOCIAL

- . REDE SOCIAL (GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL)
 - Campanha Solidária – Grupo “Opinião Granjense”

Ponto 14. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
 - Escolhas de Procedimentos Prévios
- 14.1. Aquisição de Equipamento Informático
- 14.2. Aquisição de Maquinaria e Outro Equipamento
 - 14.2.1. Equipamento Mobiliário e Médico
 - 14.2.2. Equipamento Diverso

Ponto 15. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
- . Reparação do Edifício da Cadeia
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 16. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
- . Passeios na Encosta do Sol - Soure
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 17. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 - Homologação de Autos de Recepção Provisória
- 17.1. Acessos Centro Escolar de Degraças/Pombalinho
- 17.2. Acessos Centro Escolar de Samuel

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 18. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . PROLONGAMENTO DE COLECTORES
- . Figueiró do Campo - Ligação da Zona do Rigueirinho
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 19. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

- . ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS
- . Inventariação do Património
 - Apoio Externo Especializado
- . Adjudicação

Ponto 20. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 - Desvio de Conduta no IC2 no Cruzamento do Caminho, Casconho/Baixos

Ponto 21. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . BENEFICIAÇÃO DO CM 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (C/CONDEIXA)
 - 21.1. Trabalhos a Menos
 - 21.2. Revisão de Preços
 - 21.3. Homologação do Auto de Recepção Provisória
 - 21.4. Alteração à Candidatura

Ponto 22. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . BENEFICIAÇÃO DO CM 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (C/CONDEIXA)
 - Reposição de Benfeitorias Existentes - Rede de Rega

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 23. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDROGÃO DO PRANTO/LIMITE DO CONCELHO (C/ FIGUEIRA DA FOZ)

23.1. Trabalhos a Menos

23.2. Revisão de Preços

23.3. Homologação do Auto de Recepção Provisória

23.4. Alteração à Candidatura

Ponto 24. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . SOURE/SOBRAL/SIMÕES - BENEFICIAÇÃO
- . Prolongamento do Pontão no C.M. 1119 - Troço entre Soure e Sobral
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
- . Arruamentos nos Simões
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS - EM ZONAS RURAIS
- . Urmar/Quinta de Santa Cruz
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. EM ZONAS URBANAS

- Homologação de Autos de Recepção Provisória

27.1. Construção de Muro no Lugar de Barroco

27.2. Construção de Muro no Lugar de Vila Nova de Anços

Ponto 28. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. EM ZONAS URBANAS

. Vinha da Rainha

- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 29. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

. JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO

. CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO

- Espaço, na Vila de Soure, entre o Pavilhão Desportivo Municipal e a Ligação da “Rotunda da Nora” ao Cemitério

. Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 30. RECURSOS HUMANOS

. Estágios

30.1. APPACDM de Soure

- Operador de Jardinagem

30.2. Instituto Pedro Hispano

- Técnico de Informática de Gestão

30.3. INTEP – Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz - Pólo de Soure

- Curso Técnico de Electrotecnia

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 31. RECURSOS HUMANOS

- . ISEC - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra
 - Curso de Especialização Tecnológica (CET)

31.1. Protocolo de Cooperação

31.2. Acordo de Formação em Contexto de Trabalho

Ponto 32. RECURSOS HUMANOS

- . Tolerância de Ponto aos Trabalhadores e Agentes da Autarquia
 - Dia de Carnaval

**Ponto 33. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE**

- . Publicidade
 - Carnaval da Bairrada 2012
 - . Autorização para Divulgação de Evento
 - . Isenção de Taxas

Ponto 34. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

- Proposta de Lei n.º 44/XII

Ponto 35. REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

- “Ensaio”

Ponto 36. PROPOSTA DE LEI N.º 40/XII

- Posição do Grupo Parlamentar do PCP

Ponto 37. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

*** CULTURA**

No dia 12 de Fevereiro, representei a Câmara Municipal no almoço anual de convívio promovido pela Associação Cultural Recreativa e Desportiva dos Simões... Estiveram presentes sensivelmente duas centenas de pessoas, numa ambiência de agradável convívio...

*** DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

Nesse mesmo dia, estive igualmente presente na Montaria ao Javali organizada pela Associação Regional do Centro de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços... Participaram centena e meia de caçadores, sendo que em termos de abate não conseguiram materializar o chamado controle da densidade do javali para evitar a “agressão” ambiental que normalmente advém da sua existência em excesso... Tratou-se, ainda assim, de uma excelente iniciativa, como é hábito...

*** ACÇÃO SOCIAL**

- No dia 29 de Janeiro, ocorreu a inauguração do novo Lar e Creche da Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha...

- No dia 04 de Fevereiro, ocorreu também a inauguração do novo Lar/Creche da Santa Casa da Misericórdia de Soure...

Releve-se que, aliás, como tive oportunidade de referir durante as intervenções públicas que fiz aquando das inaugurações, se tratam de mais dois novos Equipamentos Sociais que surgem de acordo com a priorização prevista no Plano de Desenvolvimento Social Concelhio tendo em vista continuar a melhoria da rede de cobertura ...

Observe-se, também, que estes investimentos só foram possíveis de concretizar com a aprovação, quer de Candidaturas ao P.A.R.E.S. – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, quer de apoios e cofinanciamentos aprovados pela Câmara Municipal no âmbito da nossa política de Acção Social, e, naturalmente, com o esforço das Instituições!!!...

Importará ainda salientar que se tratam de investimentos que criaram dezenas de novos postos de trabalho, isto é, bons exemplos de combinação dos factores trabalho e capital... No fundo, investimentos que apostam nas pessoas para ajudar as pessoas que mais precisam!!!...

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no âmbito Desportivo, Soure tem condições naturais/geográficas para a prática do desporto em bicicleta, nomeadamente BTT e Downhill. Nos dias 28 e 29 de Janeiro, realizou-se, em Soure, o 2.º Troféu de Orientação em BTT de Soure, uma organização da Secção de Orientação do Ginásio Figueirense e também da Federação Portuguesa de Orientação, naturalmente com a colaboração do Município de Soure. Não estamos a falar de uma prova qualquer, estamos a falar de uma prova de âmbito nacional, integrada na Taça de Portugal que envolveu aproximadamente 300 atletas oriundos de vários pontos do país. No primeiro dia, a concentração foi na Senhora do Bom Sucesso, nos Casalinhos, que, como todos nós sabemos, tem características físicas favoráveis para a prática desta modalidade. No segundo dia, a concentração foi na Vila de Soure, no Espaço Multiusos-Soure 1111, onde também decorreu a entrega dos prémios. A equipa vencedora veio de Loulé.

Esta é uma modalidade que tem uma diversidade de escalões. No escalão 21 esteve no pódio um atleta do nosso Concelho, da Gesteira, o Igor Barbosa. Em suma, foi uma iniciativa de dimensão nacional, onde estiveram vários órgãos de comunicação social. Esta iniciativa foi um veículo de promoção da prática desportiva, neste caso orientação em BTT e também, naturalmente, a divulgação do nosso Concelho.

No dia 05 de Fevereiro, a Secção de BTT da Vinha da Rainha promoveu uma iniciativa Desportiva de âmbito Solidário, com a angariação de fundos para os tratamentos da Beatriz que, como todos nós sabemos, está a enfrentar um problema grave de saúde. Juntaram-se mais de 120 participantes, sendo a maioria do nosso Concelho. Foi um passeio muito agradável, com misto desportivo e solidário que terminou em frente à casa da Beatriz com uma grande salva de palmas, como forma de incentivo e conforto. Há que realçar esta vertente, não apenas desportiva de algumas Secções/Clubes, mas também este espírito de humanismo e responsabilidade social.

No dia 12 de Fevereiro o Grupo Cascos e Rolhas, o BTT da Vinha da Rainha e várias comitativas do nosso Concelho promoveram um passeio a Fátima no âmbito da Bênção das Bicicletas, ao qual também fui convidado a participar.

No dia 10 de Fevereiro, na área gastronómica, cultural e tradicional, realizou-se em Soure uma reunião da Confraria do Queijo Rabaçal que foi presidida pelo Dr. Fernando Antunes, que é o Grão Mestre da Confraria. Esta reunião, acima de tudo, tinha a ver com a consolidação dos núcleos da nossa região, dos seis Concelhos, e também dar uma maior vitalidade e um maior protagonismo à Confraria. Intervi no sentido de haver mais acção, mais responsabilidade por parte dos Confrades, de forma a terem um conhecimento mais aprofundado do que é o Queijo Rabaçal, as

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

suas qualidades, as suas características e, acima de tudo, promove-lo. Não faz sentido haver Confrades que não conheçam verdadeiramente o Queijo Rabaçal. Por outro lado, também vinquei o cuidado que há que ter com certas iniciativas separatistas, egocêntricas, de alguns responsáveis da região de Sicó. Deve haver maior sentido de coesão e não de divisão.

Realizou-se, recentemente, a Reunião Alargada da Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Risco que tinha como objectivos principais a Apreciação e Aprovação do Relatório de Actividades, a Eleição do Presidente da Comissão de Protecção Jovens em Risco e a Apresentação e Aprovação do Plano de Acção para 2012. Foi reeleita, como Presidente da Comissão, a Dra. Joaquina Cruz. Trata-se de uma pessoa muito discreta, eficaz, muito empenhada e com grande sensibilidade para esta problemática sendo a sua reeleição justa/merecida. Existia uma lacuna a nível da Comissão Restrita, que era a falta de um interlocutor com a Saúde. Aproveitamos a Reunião Alargada para cooptar a Enfermeira Florbela Paiva, pessoa muito competente e sensível a esta matéria.

Em relação a 2011 ocorreram 92 processos. Na caracterização a nível de idades, dos 0 aos 5 anos – 18 crianças; dos 6 aos 10 anos – 29; 11 aos 14 anos – 21 e com mais de 15 anos – 24. Em termos de sinalizações, mais de 50% foram feitas por vizinhos, particulares e estabelecimentos de ensino. Referir ainda que as sinalizações, a maior parte, foram feitas por escrito. Principais motivações de intervenção: 33 por negligência; 25 por exposição ao modelo de comportamento desviante, tais como consumos de droga, álcool e também violência doméstica; 19 por abandono escolar; 4 por maus tratos físicos; 6 por maus tratos psicológicos; 4 por comportamentos de risco e 1 por abuso sexual. Portanto, há aqui uma incidência sobre a negligência e os comportamentos desviantes. Tem havido um acréscimo de processos e isto tem a ver, em parte, com uma maior consciencialização e sentido de responsabilidade dos cidadãos ao denunciarem determinadas situações.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da política de proximidade, no dia 05 de Fevereiro, em representação do Senhor Presidente de Câmara, estive presente no 8.º Aniversário do Grupo de Artes de Palco de Vila Nova de Anços. Trata-se de uma Instituição Cultural muito dinâmica e criativa que envolve, culturalmente, muitas pessoas de várias gerações.”

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.12.2011

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

3.2. - 12.01.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

- . CENTRO ESCOLAR DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS E DE POMBALINHO**
- . Contrato de Manutenção das Instalações Electromecânicas (AVAC)**
- Escolha de Procedimento Prévio**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CONTRATO DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELECTROMECAÑICAS (AVAC) - CENTRO ESCOLAR DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS E DE POMBALINHO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, pelo regime simplificado, uma vez que o preço base é de 1.120,00 euros, inferior ao limite máximo de 5.000,00 euros estabelecido para o recurso a esta figura, cf. artigo 128º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que dispensa quaisquer formalidades previstas no referido Código.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.02.02.02.20.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- Termoinstal - Instalações Especiais, Lda.

4. JÚRI

Uma vez que se trata do regime simplificado da figura do ajuste directo, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 3 do art. 128º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
07.02.2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora *,
(Ana Maria Treno, Dra.)
09.02.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
por despacho de 06.11.2009

e

Assunto: Educação Pré-Escolar

Contrato de Manutenção das Instalações Eletromecânicas (AVAC)
Centro Escolar das Freguesias de Degraças/Pombalinho

No âmbito do Funcionamento do Centro Escolar das Freguesias de Degraças/Pombalinho, verifica-se a necessidade de proceder ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei 79/2006, de 04 de Abril, que estabelece que *“(…)Todos os sistemas energéticos dos edifícios, ou frações autónomas, devem ser mantidos em condições adequadas de operação para garantir o respectivo funcionamento otimizado e permitir alcançar os objetivos pretendidos de conforto ambiental, de QAI e de eficiência energética.”*, e também que *“(…)As operações de manutenção, (….)devem ser executadas por técnicos de manutenção certificados (…)”*.

Neste quadro, face ao exposto, sugere-se a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção das Instalações Eletromecânicas do Centro Escolar das Freguesias de

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

Degracias/Pombalinho, com a empresa instaladora dos mesmos, a “Termoinstal - Instalações Especiais, Lda”.

Estima-se que este contrato terá o valor de 1.120,00€/Ano.

À Consideração Superior

O Técnico Superior

(Vitor Miranda, Eng.º Electrotécnico)

02.02.2012

Despacho:

Ao D.A.G.F.R.H.

ao c/Dr. Ivo Costa

para informação.

(Ana Maria Treno, Dra.)*

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
por despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

. CENTRO ESCOLAR DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS/POMBALINHO

- Revisão de Preços

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: - Educação – Centro Escolar das Freguesias de Degracias e Pombalinho
- Revisão de Preços

Relativamente à empreitada em assunto, os seus dados processuais são os seguintes:

| Fase | Data |
|--------------------------|-------------|
| Abertura do Procedimento | 27.11.2008 |
| Adjudicação | 30.01.2009 |
| Consignação | 03.03.2009 |
| Recepção Provisória | 12.10.2010 |

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

Elaborado o cálculo da revisão de preços prevista na lei, n.º 1 do artigo 199.º do DL n.º 59/99, de 02 de março e DL n.º 6/2004, de 06 de janeiro, bem como no respetivo contrato, verificamos, conforme cálculos em anexo, que o seu valor é de 9.337,02 €, montante este a deduzir ao valor final da obra.

Sugere-se o envio do presente cálculo ao empreiteiro para seu conhecimento e posterior regularização da situação.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe Divisão O. P. M.)
2012-02-13

DESPACHO:
De acordo.
À Reunião de Câmara.
(Ana Maria Treno, Dra. - Vereadora)*
14.02.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
por despacho de 06.11.2009

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 6. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO **. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES** **. EB1 de Alfarelos** **- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
EB 1 DE ALFARELOS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **31.08.2011**, à empresa **Parqueadora Sourense, Lda**, pelo valor de **8.879,38 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
09.02.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória,
conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 7. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

**. PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB
- Contrato – Programa // Adenda -- Ano Lectivo 2011/2012**

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

ASSUNTO: 

**. PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB
.ADENDA AO Contrato - Programa – Ano Lectivo 2011/2012**

O Despacho n.º 8683/2011, de 28 de Junho, do Ministério da Educação, altera e republica o Despacho n.º 14460/2008 (2.ª Série), de 26 de Maio, que aprova o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico e regulamenta o regime de acesso ao Apoio Financeiro a conceder por aquele Ministério no âmbito do referido Programa.

A partir do Ano Lectivo 2006/2007, este Programa foi implementado, em todas as Escolas do Município de Soure, pela Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas de Soure.

Foram ainda estabelecidas parcerias com IPSS locais e Juntas de Freguesia, designadamente, no que se refere a Recursos Humanos e Transportes Escolares.

Em reunião de Câmara de 14.07.2011, foi deliberado aprovar a subscrição do Acordo de Colaboração entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Soure, que visava a implementação das AEC no Ano Lectivo 2011/2012 e o acesso ao correspondente Apoio Financeiro.

De acordo com o Art.º 3.º, ponto 3, alínea a) do Despacho atrás aludido, a Comparticipação Financeira a conceder pelo Ministério da Educação será de 262,50 € por aluno.

Em reunião de Câmara de 28.05.2009, foi deliberado aprovar a subscrição do Contrato-Programa que tinha por objecto regulamentar as relações entre as partes outorgantes em matéria de concessão, afectação e controlo da aplicação dos Apoios Financeiros a atribuir no âmbito do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB. O Apoio Financeiro consignado neste Contrato-Programa vigorava para o Ano Lectivo 2008/2009.

Para o Ano Lectivo 2011/2012, a Direcção Regional de Educação do Centro enviou uma Adenda àquele Contrato-Programa, pelo que proponho a sua assinatura, de acordo com a ambiência legal aplicável.

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
07.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 8. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE SAMUEL
- . Contrato de Manutenção das Instalações Electromecânicas (AVAC)
- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

CONTRATO DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELECTROMECAÑICAS (AVAC) - CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE SAMUEL
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, pelo regime simplificado, uma vez que o preço base é de 1.120,00 euros, inferior ao limite máximo de 5.000,00 euros estabelecido para o recurso a esta figura, cf. artigo 128º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que dispensa quaisquer formalidades previstas no referido Código.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.02.02.02.20.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- Termoinstal - Instalações Especiais, Lda.

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

3. JÚRI

Uma vez que se trata do regime simplificado da figura do ajuste directo, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 3 do art. 128º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
07.02.2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora *,
(Ana Maria Treno, Dra.)
09.02.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal por despacho de 06.11.2009

Assunto: Educação/Ensino Básico

Contrato de Manutenção das Instalações Eletromecânicas (AVAC)
Centro Escolar da Freguesia de Samuel

No âmbito do Funcionamento do Centro Escolar da Freguesia de Samuel, verifica-se a necessidade de proceder ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei 79/2006, de 04 de Abril, que estabelece que “(...) *Todos os sistemas energéticos dos edifícios, ou frações autónomas, devem ser mantidos em condições adequadas de operação para garantir o respectivo funcionamento otimizado e permitir alcançar os objetivos pretendidos de conforto ambiental, de QAI e de eficiência energética.*”, e também que “(...) *As operações de manutenção, (...) devem ser executadas por técnicos de manutenção certificados (...)*”.

Neste quadro, face ao exposto, sugere-se a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção das Instalações Eletromecânicas do Centro Escolar da Freguesia de Samuel, com a empresa instaladora dos mesmos, a “Termoinstal - Instalações Especiais, Lda”.

Estima-se que este contrato terá o valor de 1.120,00€/Ano.

À Consideração Superior
O Técnico Superior
(Vítor Miranda, Eng.º Electrotécnico)
02.02.2012

Despacho:
Ao D.A.G.F.R.H.
ao c/Dr. Ivo Costa
para informação.
(Ana Maria Treno, Dra.)*
06.02.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
por despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 9. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
. CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE SAMUEL
- Revisão de Preços

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: - Educação – Ensino Básico – Centro Escolar da Freguesia de Samuel
- Revisão de Preços

Relativamente à empreitada em assunto, os seus dados processuais são os seguintes:

| Fase | Data |
|--------------------------|-------------|
| Abertura do Procedimento | 25.08.2008 |
| Adjudicação | 13.11.2008 |
| Consignação | 12.01.2009 |
| Recepção Provisória | 12.10.2010 |

Elaborado o cálculo da revisão de preços prevista na lei, n.º 1 do artigo 199.º do DL n.º 59/99, de 02 de Março e DL n.º 6/2004, de 06 de Janeiro bem como no respetivo contrato, verificamos, conforme cálculos em anexo, que o seu valor é de 18.570,79 €, montante este a deduzir ao valor final da obra.

Sugere-se o envio do presente cálculo ao empreiteiro para seu conhecimento e posterior regularização da situação.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe Divisão O. P. M.)
2012-02-13

Despacho:
De acordo
À Reunião de Câmara
(Ana Maria Treno, Dra. - Vereadora)*

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
por despacho de 06.11.2009

Foi tomado conhecimento.-----

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

Ponto 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS

. Vinha da Rainha

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: Desporto e Tempos Livres - Construção de Campos Relvados Sintéticos - Campo de Vinha da Rainha
- Trabalhos a Menos, Revisão de Preços, Receção Provisória e Alteração à Candidatura**

A empreitada em epígrafe encontra-se na fase de conclusão/trabalhos finais/receção provisória.

Assim é possível fazer a seguinte análise/balanço:

1. Em resultado das condições existentes no terreno, não será necessário executar alguns trabalhos previstos em projeto, sendo que a relação dos trabalhos a menos em causa se encontra no **anexo 1** e totaliza 12.542,76€.
2. De acordo com os preceitos legais aplicáveis, designadamente o CCP – Código dos Contratos Públicos, publicado pelo DL n.º18/2008 de 2 de outubro, o DL n.º 6/2004 de 06 de janeiro definidor do regime da revisão de preços e o contrato da empreitada, a obra é objeto de revisão de preços.
Em dezembro de 2011 foi apresentada pelo empreiteiro a primeira fatura correspondente a revisão de preços, no valor de 5.629,71€. Trata-se de um valor provisório em virtude se não serem, ainda, conhecidos os índices correspondentes a mão-de-obra, materiais e equipamentos relativos aos meses de execução dos trabalhos. Só quando aqueles forem publicados em D.R. será possível obter o valor final da revisão de preços da obra.
O seu cálculo atual, de acordo com o **anexo 2**, totaliza 6.256,08€, prevendo-se que o seu valor final se situe próximo dos 10.000,00€, não estando prevista, em termos de candidatura ao QREN, qualquer valor relativo a esta componente.
3. Nesta data foi já efetuada a vistoria, para efeitos de receção provisória da obra.

Nestas condições, propõe-se:

- a. Que se aprovem os trabalhos a menos constantes do anexo 1;
- b. Que se tome conhecimento dos valores correspondentes à revisão de preços da obra, constantes do ponto 2 anterior;
- c. Que se promova uma alteração (final) à candidatura aprovada ao QREN, de forma a incluir os valores, quer dos trabalhos a menos, quer da revisão de preços.

À consideração superior.

(Mário Monteiro, Eng.º
Chefe de Divisão O.P.M.)

2012-02-14

10.1. Trabalhos a Menos

Deliberado, por unanimidade, aprovar os Trabalhos a Menos, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

10.2. Revisão de Preços

Foi tomado conhecimento. -----

10.3. Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
VINHA DA RAINHA
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 17.11.2010, à empresa **Construções Júlio Lopes, S.A.**, pelo valor de 275.000,00 €, acrescido de IVA, tendo atingido o valor final de 262.457,26 €, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de receção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,

O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais

(Mário Monteiro, Eng.º)

15.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

10.4. Alteração à Candidatura

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 11. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . POLIDESPORTIVO DA FREGUESIA DE DEGRACIAS
- . Construção de Balneários
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES - POLIDESPORTIVO DA FREGUESIA DAS DEGRACIAS
CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 17.11.2004, à empresa **Construtora Norvis, Lda**, pelo valor de **49.554,03 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.
À consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º.)
08.02.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória,
conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

Ponto 12. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS
- . Piscina Municipal de Vila Nova de Anços
- . Impermeabilização das Caleiras e Tanque de Compensação
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS
PISCINA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE ANÇOS
IMPERMEABILIZAÇÃO DAS CALEIRAS E TANQUE DE COMPENSAÇÃO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 14.04.2011, à empresa **Cardoso & Carvalho, Lda**, pelo valor de **6.200,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
08.02.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória,
conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Ponto 13. ACÇÃO SOCIAL

. REDE SOCIAL (GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL)

- Campanha Solidária – Grupo “Opinião Granjense”

Foi presente a seguinte informação:

Informação

Assunto: **ACÇÃO SOCIAL**

. ✓ ^ ^ ○ ● ■ ■ ■ x ^ ^ + ^ ■ ■ △ ○ ● ■ ■

O Grupo “Opinião Granjense” entregou ao Gabinete de Acção Social Municipal um conjunto de roupas resultante de uma Campanha Solidária efectuada durante o mês de Dezembro de 2011.

A roupa entregue está a ser inventariada pelas Técnicas do Gabinete de Acção Social e será distribuída por Famílias do Concelho de Soure, sinalizadas no âmbito da Rede Social, de acordo com um levantamento Concelhio ao nível das necessidades relativas a este tipo de apoio.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
02.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 14. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

. CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL

- Escolhas de Procedimentos Prévios

14.1. Aquisição de Equipamento Informático

Foi presente a seguinte informação:

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

Assunto: SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista ao fornecimento em epígrafe, nos termos da alínea d) do n.º 1 da Cláusula 2.ª e da alínea d) do n.º 2 dessa mesma Cláusula 2.ª do Contrato-Programa subscrito entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Soure, em 25 de Maio de 2009, homologado em 02 de Setembro de 2009, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 8.098,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e que a Autarquia não dispõe de recursos próprios que permitam obter os bens em causa, cf. n.º 2 do art. 127.º do CCP.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para o presente fornecimento tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.03.07.01.03.07 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 04 001 2005/85.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Servidor de Carlos Manuel Carvalho Mendes;
- Sobraloffice de Anabela Conceição R. S. Contente;
- Realestudo - Serviço de Engenharia Informática e Electrotécnica, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Evaristo Duarte;
- Vítor Miranda, Eng. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
13/02/2012

Despacho:
À Reunião de Câmara.
(Ana Maria Treno, Dra. - Vereadora)*

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

14.2. Aquisição de Maquinaria e Outro Equipamento
14.2.1. Equipamento Mobiliário e Médico

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL
- AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA E OUTRO EQUIPAMENTO
 - EQUIPAMENTO MOBILIÁRIO E MÉDICO
 - ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista ao fornecimento em epígrafe, nos termos da alínea d) do n.º 1 da Cláusula 2.ª e da alínea d) do n.º 2 dessa mesma Cláusula 2.ª do Contrato-Programa subscrito entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Soure, em 25 de Maio de 2009, homologado em 02 de Setembro de 2009, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 16.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e que a Autarquia não dispõe de recursos próprios que permitam obter os bens em causa, cf. n.º 2 do art. 127.º do CCP.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para o presente fornecimento tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.03.07.01.03.07 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 04 001 2005/85.

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Hiperdent, Lda.;
- Seixas & Simões, Lda.;
- Abc Dental, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- a. Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- b. Mário Monteiro, Eng.;
- c. Evaristo Duarte;
- d. Vítor Miranda, Eng. (Suplente);
- e. Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
13/02/2012

Despacho:
À Reunião de Câmara.
(Ana Maria Treno, Dra. - Vereadora)*
15.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

14.2.2. Equipamento Diverso

Foi presente a seguinte informação:

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

**Assunto: SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista ao fornecimento em epígrafe, nos termos da alínea d) do n.º 1 da Cláusula 2.ª e da alínea d) do n.º 2 dessa mesma Cláusula 2.ª do Contrato-Programa subscrito entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Soure, em 25 de Maio de 2009, homologado em 02 de Setembro de 2009, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, no regime simplificado, uma vez que o preço base é de 1.000,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, inferior ao limite máximo de 5.000,00 euros estabelecido para o recurso a esta figura, cf. artigo 128º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para o presente fornecimento tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 02.03.07.01.03.07 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 04 001 2005/85.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes entidades:

- J. Cordeiro Junior, Lda.;
- Quase Bom, Lda.;
- Manuel Simões - Comércio de Electrodomésticos.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Evaristo Duarte;
- Vítor Miranda, Eng. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
13/02/2012

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

Despacho:
À Reunião de Câmara.
(Ana Maria Treno, Dra. - Vereadora)*
15.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 15. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
 . Reparação do Edifício da Cadeia
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
 REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CADEIA
 RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **13.06.2011**, à empresa **Parqueadora Sourense, Lda**, pelo valor de **10.650,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
10.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 16. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 . Passeios na Encosta do Sol - Soure
 - Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PASSEIOS NA ENCOSTA DO SOL - SOURE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **7.000,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **03.01.07.01.04.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2012/104**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Gadanha Pavimentos, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.02.2012

e

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO
URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
Passeios na Encosta do Sol – Soure

Por indicação superior procedeu-se ao levantamento da situação atual, em termos de passeios, numa zona da Encosta do Sol, na vila de Soure.

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

No local foi possível constatar a necessidade, evidente, de se proceder a uma pequena intervenção, numa zona onde existem já algumas edificações e na qual as condições de segurança dos peões não são as desejáveis.

As intervenções propostas centram-se, em termos genéricos, nos seguintes trabalhos:

- Fornecimento e aplicação de lancis e lanciletos;
- Fornecimento e aplicação de calçadas em pedra miúda ou grossa função dos passeios já existentes, de forma a manter a coerência e uniformidade;
- Arranque de árvore existente na zona do passeio;
- Levantamento para cotas de projeto de tampas de caixas de visita existentes na área de intervenção.

O valor para os trabalhos em causa, de acordo com o mapa de trabalhos e respectiva estimativa orçamental que se junta, totaliza os 7.000,00 €.

Considerando a inexistência de meios próprios para a realização desta intervenção, sugere-se a sua execução por empreitada, com recurso ao ajuste directo e consulta à firma Gadanha Pavimentos, Lda.

À consideração superior,
(Mauro Alegre, Eng.º Civil)
01.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 17. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

- Homologação de Autos de Recepção Provisória

17.1. Acessos Centro Escolar de Degracias/Pombalinho

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
ACESSOS CENTRO ESCOLAR DE DEGRACIAS / POMBALINHO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.07.2011**, à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**, pelo valor de **9.182,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
10.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

17.2. Acessos Centro Escolar de Samuel

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
ACESSOS CENTRO ESCOLAR DE SAMUEL
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.07.2011**, à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**, pelo valor de **9.408,40 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
10.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 18. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
. PROLONGAMENTO DE COLECTORES
. Figueiró do Campo - Ligação da Zona do Rigueirinho
- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
PROLONGAMENTO DE COLECTORES
PROLONGAMENTOS EM FIGUEIRÓ DO CAMPO – LIGAÇÃO DA ZONA DO RIGUEIRINHO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **13.08.2009**, à empresa **JRSF – Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda**, pelo valor de **55.848,26 €**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor final de **55.174,43 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
10.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 19. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...
. ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS**

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

**. Inventariação do Património
- Apoio Externo Especializado
. Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS

- INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO

• APOIO EXTERNO ESPECIALIZADO

- ADJUDICAÇÃO

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 27.01.2012, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

Das empresas consultadas, apenas a seguinte apresentou proposta:

| EMPRESA | VALOR |
|--------------------------|-----------------|
| Reportmaxi - Consultores | 22.900,00 euros |

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

O contrato deverá ser reduzido a escrito nos termos do n.º 1 do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A aprovação da minuta do contrato;
2. A dispensa de audiência prévia;
3. A adjudicação do presente serviço à empresa “**Reportmaxi - Consultores**”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 22.900,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
13.02.2012
Despacho:
À Reunião de Câmara.

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

(Santos Mota, Dr. - Vice-Presidente)*
14.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 20. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- Desvio de Conduta no IC2 no Cruzamento do Caminho, Casconho/Baixos

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Água
Abastecimento Público
Conservação / Reparação da Rede Existente
Desvio de conduta no IC2 no cruzamento do caminho do Casconho / Baixos

Constatou-se a existência de uma rotura na tubagem que atravessa o IC2 no lugar do Marco de Distrito junto ao cruzamento com o caminho que liga o Casconho aos Baixos.

Analisada a situação verificou-se que a água aparecia no eixo da via, podendo vir a oferecer perigosidade para a circulação de veículos no local. Por se tratar de uma situação delicada, sugere-se de imediato a intervenção técnica com a adoção de uma solução, de muito curto prazo temporal que implique a colocação de uma nova tubagem de diâmetro inferior que será introduzida no interior da conduta aí existente e que abastece as freguesias de Tapeus, Degracias e Pombalinho.

Devido à urgência de resolução deste problema e face à inexistência de equipamento especializado nesta autarquia, deve ser de imediato solicitada a intervenção da empresa Pinto e Brás, Lda, que possui equipamento adequado à execução dos referidos trabalhos. De seguida será efetuada uma perfuração horizontal dirigida, com a colocação de um negativo em tubagem em Pvc de diâmetro 200mm 1.0Mpa, em cerca de 24 metros no atravessamento do IC2; posteriormente proceder-se-á à colocação da tubagem definitiva de diâmetro 125mm em PEAD MRS 100 classe 1.0Mpa, inserida na parte interna da tubagem de diâmetro de 200mm. Nas extremidades das bermas serão executadas caixas de visita em anéis e cones de betão para facilitar o acesso à tubagem em caso de necessidade, resolvendo desta forma e de modo definitivo a existência de qualquer rotura e presença de água na via pública.

Esta intervenção terá um valor de 13.844, 00 Euros + Iva e tem cobertura no Plano de Atividades para o ano de 2012.

(Evaristo Duarte, Técnico)
2012-01-27

Concordo. Sugere-se uma intervenção imediata.
(Mário Monteiro, Eng.º Chefe de D.O.P.M.)
2012.01.27

Despacho:

. Ao D.O.U. - Autorizo, de acordo c/a ambiência legal aplicável.

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

. À Reunião de Câmara para ratificação.
(João Gouveia, Dr.- Presidente Câmara)
2012-01-27

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente, Dr. João Gouveia.-----

Ponto 21. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

. BENEFICIAÇÃO DO CM 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (C/CONDEIXA)

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Comunicações e Transportes – Rede Viária

***Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho (com Condeixa)
- Trabalhos a Menos, Revisão de Preços e Alteração à Candidatura***

A empreitada em epígrafe encontra-se na fase de “conclusão/trabalhos finais/receção provisória”.

Assim importa proceder ao seu encerramento:

4. Face às condições existentes no terreno, não foi necessário proceder à execução de alguns trabalhos previstos em projeto.
A relação destes trabalhos a menos encontra-se no **anexo 1** e o seu valor é de 18.647,74€.
5. De acordo com os preceitos legais aplicáveis, designadamente o CCP – Código dos Contratos Públicos, publicado pelo DL n.º18/2008 de 2 de outubro, o DL n.º 6/2004 de 06 de janeiro definidor do regime da revisão de preços e o contrato da empreitada, a obra é objeto de revisão de preços.
Em dezembro de 2011 foi apresentada pelo empreiteiro a primeira fatura correspondente a revisão de preços, no valor de 78.110,00€. Trata-se de um valor provisório em virtude se não serem, ainda, conhecidos os índices correspondentes a mão-de-obra, materiais e equipamentos relativos aos meses de execução dos trabalhos. Só quando aqueles forem publicados em D.R. será possível obter o valor final da revisão de preços da obra.
O seu cálculo atual, de acordo com o **anexo 2**, totaliza 86.501,78€, prevendo-se que o seu valor final se situe próximo dos 90.000,00€, não estando prevista, em termos de candidatura ao QREN, qualquer valor relativo a esta componente.
6. Nesta data foi já efetuada a vistoria, para efeitos de receção provisória da obra.
Nestas condições, propõe-se:
 - d. Que se aprovelem os trabalhos a menos constantes do anexo 1;
 - e. Que se tome conhecimento dos valores correspondentes à revisão de preços da obra, conforme indicado no ponto 2;
 - f. Que se submeta uma alteração (final) à candidatura aprovada ao QREN, de forma a incluir os valores, quer dos trabalhos a menos, quer da revisão de preços.

À consideração superior.

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

(Mário Monteiro, Eng.º
Chefe de Divisão O.P.M.)
2012-02-14

Despacho:
De acordo.
Processa-se em conformidade.
⇒ À Reunião de Câmara
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)
15.02.2012

21.1. Trabalhos a Menos

Deliberado, por unanimidade, aprovar os Trabalhos a Menos, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

21.2. Revisão de Preços

Foi tomado conhecimento.-----

21.3. Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
BENEFICIAÇÃO DO CM 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (COM CONDEIXA)
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **16.07.2009**, à empresa **Construções Júlio Lopes, S.A.**, pelo valor de **688.000,01 €**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor final de 669.352,30 €, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
15.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

21.4. Alteração à Candidatura

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 22. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

**. BENEFICIAÇÃO DO CM 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO
(C/CONDEIXA)**

- Reposição de Benfeitorias Existentes - Rede de Rega

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: *Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho (com Condeixa)*
- *Reposição de benfeitorias existentes – rede de rega***

No âmbito da empreitada em assunto, foram ocupadas diversas parcelas de terreno para construção do novo traçado daquela via rodoviária.

No conjunto das parcelas estava incluída uma, pertença da Sra. Alice Maria Ramos, localizada em Vila Nova de Anços, na zona onde foi implantada a rotunda de intersecção do CM 1113 com a EN 342-1.

No referido prédio existiam diversas benfeitorias, sendo nossa obrigação, na qualidade de dono de obra, a sua reposição, situação que foi exigida pela proprietária e acautelada no âmbito do processo indemnizatório, conforme ficou acordado e registado no respetivo contrato de promessa de compra e venda (anexo 1).

Uma das benfeitorias a repor era a rede de rega.

Com esse objetivo, procedeu-se à avaliação da intervenção necessária, obtendo-se como orçamento para os materiais a instalar, o valor de 4.758,37€, IVA incluído (anexo 2).

Considerando:

- a. O anteriormente exposto, nomeadamente o custo dos materiais a aplicar;
- b. Os meios humanos e de equipamento necessários afetar à execução dos trabalhos, concretamente os custos associados;

Sugere-se a atribuição, a título indemnizatório/compensatório, do valor de 5.000,00€ à Sra. Alice Ramos, valor já aceite pela proprietária, em substituição da reposição da rede de rega em causa.

À consideração superior.
(Mário Monteiro, Eng.º
Chefe de Divisão O.P.M.)
2012-02-08

Despacho:
À Reunião de Câmara

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

(Mário Jorge Nunes - Vereador)*
14.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição, a título indemnizatório/compensatório, do valor de 5.000,00 €, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 23. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

. BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDROGÃO DO PRANTO/LIMITE DO CONCELHO (C/ FIGUEIRA DA FOZ)

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Comunicações e Transportes / Rede Viária

***Beneficiação da EM 622, Pedrogão do Pranto / Limite do Concelho (com a Figueira da Foz)
- Trabalhos a Menos, Revisão de Preços e Alteração à Candidatura***

A empreitada em epígrafe encontra-se na fase de “conclusão/trabalhos finais/receção provisória”.

Assim importa proceder ao seu encerramento:

1. Face às condições existentes no terreno, não foi necessário proceder à execução de alguns trabalhos previstos em projeto.

A relação destes trabalhos a menos encontra-se no **anexo 1** e o seu valor é de 342,88€.

2. De acordo com os preceitos legais aplicáveis, designadamente o CCP – Código dos Contratos Públicos, publicado pelo DL n.º18/2008 de 2 de outubro, o DL n.º 6/2004 de 06 de janeiro definidor do regime da revisão de preços e o contrato da empreitada, a obra é objeto de revisão de preços.

Em dezembro de 2011 foi apresentada pelo empreiteiro a primeira fatura correspondente a revisão de preços, no valor de 45.718,49€. Trata-se de um valor provisório em virtude se não serem, ainda, conhecidos os índices correspondentes a mão-de-obra, materiais e equipamentos relativos aos meses de execução dos trabalhos. Só quando aqueles forem publicados em D.R. será possível obter o valor final da revisão de preços da obra.

O seu cálculo atual, de acordo com o **anexo 2**, totaliza 47.154,86€, prevendo-se que o seu valor final se situe próximo dos 52.000,00€, não estando prevista, em termos de candidatura ao QREN, qualquer valor relativo a esta componente.

3. Nesta data foi já efetuada a vistoria, para efeitos de receção provisória da obra.

Nestas condições, propõe-se:

- a. Que se aprovelem os trabalhos a menos constantes do anexo 1;
- b. Que se tome conhecimento dos valores correspondentes à revisão de preços da obra, conforme indicado no ponto 2;
- c. Que se submeta uma alteração (final) à candidatura aprovada ao QREN, de forma a incluir os valores, quer dos trabalhos a menos, quer da revisão de preços.

À consideração superior.

(Mário Monteiro, Eng.º

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

Chefe de Divisão O.P.M.)
2012-02-14

Despacho:
De acordo.
⇒ Proceda-se em conformidade.
À Reunião de Câmara
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)
2012.02.15

23.1. Trabalhos a Menos

Deliberado, por unanimidade, aprovar os Trabalhos a Menos, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

23.2. Revisão de Preços

Foi tomado conhecimento.-----

23.3. Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDRÓGÃO DO PRANTO / LIMITE DO CONCELHO (COM FIGUEIRA DA FOZ)
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **30.07.2009**, à empresa **Manuel Vieira Bacalhau, Lda**, pelo valor de **527.633,60 €**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor final de 527.290,74 €, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
15.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

23.4. Alteração à Candidatura

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 24. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO . SOURE/SOBRAL/SIMÕES - BENEFICIAÇÃO

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

**. Prolongamento do Pontão no C.M. 1119 - Troço entre Soure e Sobral
- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
SOURE/SOBRAL/SIMÕES - BENEFICIAÇÃO
PROLONGAMENTO DO PONTÃO NO C.M. 1119 – TROÇO ENTRE SOURE E SOBRAL
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.07.2011**, à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**, pelo valor de **7.687,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
15.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
. OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS
. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
. Arruamentos nos Simões
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
ALCATROAMENTOS NOVOS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
ARRUAMENTOS NOS SIMÕES
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

(Mário Monteiro, Eng.º)
03.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
 . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS - EM ZONAS RURAIS
 . Urmar/Quinta de Santa Cruz
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
 OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS - EM ZONAS RURAIS
 URMAR / QUINTA DE SANTA CRUZ
 HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
03.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
 . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 . EM ZONAS URBANAS

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

- Homologação de Autos de Recepção Provisória

27.1. Construção de Muro no Lugar de Barroco

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS URBANAS
CONSTRUÇÃO DE MURO NO LUGAR DE BARROCO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.07.2011**, à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**, pelo valor de **4.825,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
15.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

27.2. Construção de Muro no Lugar de Vila Nova de Anços

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS URBANAS
CONSTRUÇÃO DE MURO NO LUGAR DE VILA NOVA DE ANÇOS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.07.2011**, à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**, pelo valor de **4.830,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
15.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 28. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
 . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 . EM ZONAS URBANAS

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

**. Vinha da Rainha
- Escolha de Procedimento Prévio**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS URBANAS
VINHA DA RAINHA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **65.950,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **03.04.07.03.03.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **09.001 2012/170**

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Construções Júlio Lopes, S.A.;**
- **Construções Alberto Vasco, S.A.;**
- **Manuel Vieira Bacalhau, Lda;**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

(Mário Monteiro, Eng.º)
07.02.2012

e

Assunto: *Comunicações e Transportes – Rede Viária e Sinalização
Conservação/Reparação da Rede Existente
- Em Zonas Urbanas
- Vinha da Rainha*

Por indicação superior procedeu-se ao levantamento do estado de conservação de diversos caminhos/arruamentos na freguesia de Vinha da Rainha.

De acordo com o levantamento efetuado, é, em nosso entender, necessário proceder a diversas intervenções com vista a restabelecer as normais condições de utilização das vias em causa, tanto em termos de segurança como de conforto.

As intervenções centram-se, em termos genéricos, nos seguintes trabalhos:

- Saneamento de pavimentos, com reforço da sua capacidade resistente;
- Repavimentação dos pavimentos intervencionados;

O valor para os trabalhos em causa, de acordo com a estimativa que se junta, totaliza **65.950,00 €**.

Sugere-se a sua execução por empreitada, com recurso ao ajuste directo e consulta às seguintes entidades:

- Construções Júlio Lopes, S.A.;
- Construções Alberto Vasco, S.A.;
- Manuel Vieira Bacalhau, Ld.ª.

À consideração superior,
(Mauro Alegre, Eng.º Civil)

2012-02-01

Despacho:
Concordo. À consideração superior.
(Mário Monteiro, Eng.º - Chefe da D.O.P.M.)
02.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

**Ponto 29. DEFESA DO MEIO AMBIENTE
. JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO**

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

. CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO

- Espaço, na Vila de Soure, entre o Pavilhão Desportivo Municipal e a Ligação da “Rotunda da Nora” ao Cemitério**
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DEFESA DO MEIO AMBIENTE

JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO

CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO

ESPAÇO, NA VILA DE SOURE, ENTRE O PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL E A LIGAÇÃO DA “ROTUNDA DA NORA” AO CEMITÉRIO

RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.07.2011**, à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**, pelo valor de **16.695,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
10.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 30. RECURSOS HUMANOS

. Estágios

30.1. APPACDM de Soure

- Operador de Jardinagem

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

Assunto: RECURSOS HUMANOS

ESTÁGIOS

**. CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – APPACDM DE SOURE
- OPERADOR DE JARDINAGEM**

No âmbito do funcionamento do curso em epígrafe, na APPACDM de Soure, esta Instituição propôs à Câmara Municipal a inserção de **um formando**, num estágio, a decorrer nos Serviços da Câmara Municipal, de 13 de Fevereiro a 30 de Março de 2012.

Este curso, destinado a pessoas com deficiência e incapacidade, inserido no Eixo 6 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, Tipologia de Intervenção 6.2 - Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, do Programa Operacional de Potencial Humano (POPH), prevê a obrigatoriedade, em contexto real de trabalho, de um estágio e permitirá aos formandos que o frequentam a obtenção de um Certificado Profissional.

Note-se que esta é uma resposta concreta a uma necessidade identificada no Diagnóstico Social do Concelho, no âmbito da Rede Social e a um dos Projectos Estruturantes do Plano de Desenvolvimento Social - PONTES PARA A VIDA -, que aponta, especificamente, para o acesso a uma oferta educativa diversificada, devendo existir articulação entre a oferta educativa e as entidades empregadoras.

Neste quadro, proponho que se autorize a realização do estágio a um formando da APPACDM de Soure, o qual não constitui para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

01.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização do referido Estágio.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia e o Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, ausentaram-se não tendo participado na votação.

**30.2. Instituto Pedro Hispano
- Técnico de Informática de Gestão**

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

Assunto: RECURSOS HUMANOS

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012



No âmbito do funcionamento do curso em epígrafe, no Instituto Pedro Hispano, este propôs à Câmara Municipal a inserção de **dois alunos** num estágio com a duração de 310 horas, a decorrer nos Serviços da Câmara Municipal, de 11 de Abril a 15 de Junho de 2012.

Este curso, que prevê a obrigatoriedade, em contexto real de trabalho, de um estágio, permitirá aos alunos que o frequentam a obtenção de um diploma de conclusão do 12.º Ano de Escolaridade e de um Certificado Profissional de Nível 3.

Note-se que esta é uma resposta concreta a uma necessidade identificada no Diagnóstico Social do Concelho, no âmbito da Rede Social e a um dos Projectos Estruturantes do Plano de Desenvolvimento Social - PONTES PARA A VIDA -, que aponta, especificamente, para o acesso a uma oferta educativa diversificada, devendo existir articulação entre a oferta educativa e as entidades empregadoras.

Neste quadro, proponho que se autorize a realização dos estágios a dois alunos do Instituto Pedro Hispano, os quais não constituem para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
01.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização dos referidos Estágios.-----

30.3. INTEP - Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz - Pólo de Soure - Curso Técnico de Electrotecnia

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

Assunto: RECURSOS HUMANOS

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

ESTÁGIOS

. INTEP - Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz - Pólo de Soure

» Curso Técnico de Electrotecnia

No âmbito do funcionamento do curso em epígrafe, no INTEP - Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz - Pólo de Soure, este propôs à Câmara Municipal a inserção de **dois ou mais alunos** num estágio, com a duração de 420 horas, a decorrer nos serviços da Câmara Municipal, de 12 de Março a 11 de Junho de 2012.

Este curso, que prevê a obrigatoriedade, em contexto real de trabalho, de um estágio, permitirá aos alunos que o frequentam a obtenção de um diploma de conclusão do 12.º Ano de Escolaridade, com Qualificação Profissional de Nível 4.

Note-se que esta é uma resposta concreta a uma necessidade identificada no Diagnóstico Social do Concelho, no âmbito da Rede Social e a um dos Projectos Estruturantes do Plano de Desenvolvimento Social - PONTES PARA A VIDA -, que aponta, especificamente, para o acesso a uma oferta educativa diversificada, devendo existir articulação entre a oferta educativa e as entidades empregadoras.

Neste quadro, proponho que se autorize a realização dos Estágios solicitados, os quais não constituem para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
01.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização dos referidos Estágios.-----

Ponto 31. RECURSOS HUMANOS

**. ISEC - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra
- Curso de Especialização Tecnológica (CET)**

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

ASSUNTO: RECURSOS HUMANOS

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

ESTÁGIOS



*** Análises Químicas e Microbiológicas**

O Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC) pretende apresentar uma Candidatura ao Ministério da Educação para poder vir a criar um Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Análises Químicas Microbiológicas.

No âmbito do processo da Candidatura, o ISEC deverá apresentar um conjunto de Protocolos e Acordos subscritos com Instituições disponíveis para vir a acolher futuros formandos em Estágios.

Neste quadro, aquele Instituto propôs à Câmara Municipal a inserção de formando(s) num Estágio, com uma duração de 540 horas, o qual não constitui para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a subscrição do Protocolo de Cooperação em anexo, com o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, bem como do Acordo para a Formação em Contexto de Trabalho.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
07.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

31.1. Protocolo de Cooperação

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do presente Protocolo de Cooperação.-----

31.2. Acordo de Formação em Contexto de Trabalho

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Acordo de Formação em Contexto de Trabalho.-----

Ponto 32. RECURSOS HUMANOS

- . Tolerância de Ponto aos Trabalhadores e Agentes da Autarquia
- Dia de Carnaval

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

Foi presente o seguinte despacho:

Despacho

** Considerando a Tradição Existente...*

No uso da competência própria que me é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a actual redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **Determino:**

- * A **Concessão de Tolerância de Ponto** aos Trabalhadores e Agentes desta Autarquia, no próximo **dia 21** do corrente mês de **Fevereiro**, Terça-feira, **Dia de Carnaval**.

Paços do Município de Soure, 14 de Fevereiro de 2012

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 33. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE**

. Publicidade

- Carnaval da Bairrada 2012

. Autorização para Divulgação de Evento

. Isenção de Taxas

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RLCTM – Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure

- Autorização para divulgação de evento
- Carnaval da Bairrada 2012

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

- * Autorização para divulgar o evento
- * Isenção de taxas

O Município da Mealhada solicitou autorização para divulgar o Carnaval da Bairrada – 2012.

Pretende fazer a divulgação do evento entre os dias 25 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 2012, através de diferentes meios de divulgação, como sejam, a publicidade sonora e a distribuição de cartazes e flyers.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 40,5 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção de taxas devidas pela divulgação do evento “Carnaval da Bairrada – 2012”, através de deliberação fundamentada da Câmara.

Assim, sugere-se ainda que, dado tratar-se de uma iniciativa de um município vizinho com significativo impacto cultural, económico e social, num quadro de colaboração recíproca intermunicipal, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

À Consideração Superior

Maria José Carvalhão – Eng.º Civil

Chefe de Divisão G.U.P.

1 de Fevereiro de 2012

e

assunto: Isenção de taxas

processo: 101264/2012

requerente: Município de Mealhada

local: Soure

Através do requerimento referido em epígrafe, vem, o Município da Mealhada, solicitar autorização para a divulgação, do evento “Carnaval da Bairrada – 2012”, na área territorial do concelho de Soure, mediante a distribuição de cartazes e meios sonoros.

Concomitantemente à autorização, requer ainda a isenção das respectivas taxas que sejam devidas.

A matéria das isenções subjectivas das taxas municipais, encontra-se regulada no artigo 25.º e 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure (RLCTM).

No presente caso o requerente é um Município, ou seja uma pessoa colectiva de direito público.

Assim, desde logo não se insere no grupo das entidades, passíveis de isenção do pagamento de taxas, previstas no artigo 25.º do RLCTM.

No entanto, para além das isenções e entidades, referidas no supra mencionado artigo 25.º, prevê o artigo 26.º do RLCTM a possibilidade de concessão de outras isenções totais ou parciais, mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

Em face do exposto somos de parecer que:

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

Ao abrigo do artigo 26.º do RLCTM, poderá ser concedida, ao Município da Mealhada, a isenção de taxas devidas pela autorização de actividades de divulgação, do evento “Carnaval da Bairrada - 2012”, a realizar no território do concelho de Soure, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

31 de Janeiro de 2012
À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Despacho:
Defira-se, de acordo com a informação da Senhora Chefe de Divisão.
À Reunião de Câmara para Ratificação.
(Santos Mota Dr. - Vice - Presidente)*

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, a aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota.-----

Ponto 34. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA - Proposta de Lei n.º 44/XII

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Governo entregou na Assembleia da República a Proposta de Lei nº 44/XII referente à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, sendo esta uma matéria de reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República.

No decurso deste processo legislativo, em sede de Assembleia da República, terão de ser ouvidos os órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Na sequência desta proposta a ANMP, através da sua circular nº 8 de 2012, solicita aos Municípios que remetam, caso entendam pertinente, comentários sobre o teor da atrás aludida proposta de lei.

Refira-se a este propósito a deliberação do passado dia 15 de Fevereiro do Conselho Directivo da ANAFRE que rejeitou a Proposta de Lei apresentada pelo Governo com os fundamentos ali enunciados.

Esta proposta de lei visa concretizar a Reforma da Administração Local resultante do acordado no Programa de Assistência Económica e Financeira, assinado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, pretendendo-se “reduzir significativamente” o número de autarquias produzindo efeitos para o próximo ciclo eleitoral local.

Em termos substantivos, esta Proposta de Lei, tem como objecto, além do estabelecimento de objectivos, princípios e parâmetros da reorganização administrativa territorial, a definição e enquadramento da intervenção das Autarquias Locais em todo o processo.

Analisando os seus aspectos gerais e transportando-os para a realidade concelhia, salienta-se:

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

O Município de Soure é **classificado como Município de Nível 3** – “municípios com densidade populacional entre 100 e 500 habitantes por km² e com população inferior a 25 000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por km²” – *cfr. al. c) do nº 2 do artº 4 e Anexo I.*

Um dos princípios inerentes a esta reorganização é a **ponderação do elemento demográfico**, estabelecendo referências mínimas e máximas para as novas freguesias – *cfr. al. f) do artº 3.*

É referência mínima para efeitos de concretização dessa ponderação nos Municípios de Nível 3, 1000 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 500 habitantes nas outras freguesias – *vide al. a) do nº 2 do artº 3.*

São parâmetros de agregação nos municípios de nível 3, redução, no mínimo, de 50% do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e de 25% do número de outra freguesias – *al. c) do nº 1 do artº 5.*

É considerado **lugar urbano**, para efeitos desta Proposta de Lei, aquele que tenha população igual ou superior a 2000 habitantes, sendo que o Município de Soure, conforme o Anexo II, não tem nenhum lugar nesta situação, de acordo com o nº 2 do artº 5º, assim, a redução prevista será de 25% do número de freguesias, **das actuais doze para nove freguesias.**

De acordo com os resultados preliminares dos Censos 2011 as únicas três freguesias com um número de habitantes inferior à referência mínima, quinhentos, são: Brunhós (179 habitantes), Tapéus (338 habitantes) e Degraçias (452 habitantes).

No caso de a Proposta de Lei do Governo ser aprovada na Assembleia da República, e consequentemente este emanar uma Lei nos mesmos termos do que aqueles agora propostos, as Assembleias Municipais terão de se pronunciar **no prazo máximo de 90 dias a contar da entrada em vigor da Lei** – *cfr. artº 11.*

As deliberações das Assembleias Municipais são designadas de – **pronúncia** – podem resultar de uma de duas vias: **a)** consulta; **b)** Proposta da Câmara Municipal, tendo que obrigatoriamente de obedecer aos princípios e parâmetros de agregação estipulados na Lei.

O nº 3 do artº 10º traz à colacção o papel das Assembleias de Freguesia no sentido de estas poderem apresentar pareceres sobre esta reorganização devendo estes ser ponderados pelas Assembleias Municipais aquando da preparação da pronúncia.

A presente proposta de lei procede, também, à criação de uma **Unidade Técnica** que tem, entre outras, uma competência relevante no caso de as Assembleias Municipais não se pronunciarem, assim, por força da alínea b) do artº 12, compete-lhe apresentar à Assembleia da República propostas concretas de reorganização administrativa.

Atente-se para a redacção do nº 5 do artº 9 que prevê, o não aumento na participação no FFF previsto no nº 4 no caso de a “*criação de freguesias por efeito da agregação que não resulte de pronúncia da assembleia municipal conforme com os princípios e parâmetros de agregação previstos na presente lei*”.

Ora, este preceito, no nosso entendimento, estipula que em caso de não pronúncia por parte da assembleia municipal e a agregação de freguesias resultar de proposta da unidade técnica, não haverá aumento na participação no FFF previsto no nº 4 do artº 9, sendo de todo conveniente a pronúncia das assembleias municipais.

Nem se diga que o legislador pretende “apenas” acautelar que a pronúncia das assembleias municipais esteja conforme com os princípios e parâmetros de agregação previstos na lei, porque por força do nº 4 do artº 12, em caso de desconformidade, estaremos perante uma ausência de pronúncia, e consequentemente a impossibilidade de agregação por via de deliberação das assembleias municipais.

Ou seja, pela conjugação destes dois preceitos é nosso entendimento que a agregação de freguesias que não resulte da pronúncia das assembleias municipais, terá como consequência o não aumento na participação no FFF, saliente-se, no entanto, que sobre esta proposta de lei a ANMP ainda será ouvida e deverá este normativo ser objecto de clarificação.

Face, ao atrás exposto, concluímos que:

1. O processo formal desta Reorganização Administrativa Territorial Autárquica só se iniciará com a entrada em vigor da Lei que resultar desta, na íntegra ou modificada, ou de outra Proposta de Lei.

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

2. No caso de aprovação desta Proposta de Lei, e após o início da sua vigência, os Órgãos Autárquicos (Assembleias Municipais) serão chamados a pronunciar-se no prazo de 90 dias.

3. No âmbito deste processo legislativo em curso serão ouvidas as ANMP e a ANAFRE além dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

4. Na sequência do atrás aludido procedimento poderão os Municípios através dos seus órgãos - Câmara Municipal e Assembleia Municipal -, se julgarem oportuno, fazer chegar junto da ANMP comentários sobre a Proposta de Lei em discussão.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
14-02-2012

Despacho:
Tomei conhecimento.
Juntar ao processo.
À Reunião de Câmara.
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)
15.02.2012

O Senhor Presidente referiu que: “na sequência do denominado “Documento Verde” surgiu uma proposta de lei que todos já receberam... Foi solicitada à Divisão Jurídica uma informação que procurasse explicar o seu impacto no que diz respeito ao Concelho de Soure... De acordo com a mesma: ...somos um Município de nível 3 por causa da densidade populacional inferior a 100 habitantes... pela forma como está feito o cadastro urbano, nem Soure nem Granja do Ulmeiro, têm dois mil habitantes, o que significa que, para nós, não há lugares urbanos... que, a ser aplicada esta proposta de lei, na prática, temos três Freguesias com o número de habitantes inferior à referência mínima - 500 habitantes -: Brunhós com 179 habitantes, Tapeus com 338 e Degraças com 452, (Censos 2011)... isto é, estas três Freguesias terão que deixar de o ser, terão que se agregar...

Estive presente numa reunião dos Presidentes de Câmara dos Municípios, que fazem parte da Comunidade Intermunicipal de Baixo Mondego, com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Paulo Júlio... entre outras coisas, deu-nos nota que o calendário que está previsto é o seguinte: em princípio, no final de Fevereiro, a Assembleia da República discutirá em Plenário esta proposta de lei... se ela vier a ser aprovada em Março na Assembleia da República, tudo aponta que possa vir a ser promulgada pelo Senhor Presidente da República ainda em Março ou Abril... após a sua publicação em Diário da República a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm 90 dias para se pronunciarem... Se nós não nos pronunciarmos, há uma Unidade

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

Técnica na Assembleia da República que, esgotado esse prazo, aplicará a lei e comunicar-nos-à qual a decisão... Entendo que deveremos pronunciar-nos e não demitirmo-nos de o fazer... o que é que isto quer dizer?... Se a proposta de lei for aprovada, evidentemente que este assunto será apreciado na Câmara Municipal em Abril, Maio ou Junho e na Assembleia Municipal, na Sessão de Abril ou na de Junho...

No Concelho de Soure o que é que pode acontecer?... Pode acontecer, naturalmente, que Degraças agregue a Pombalinho, e que passem a ter uma nova Freguesia, Degraças/Pombalinho...

...Questão de Tapeus... a não ser que a Assembleia de Freguesia de Tapeus aprove um Parecer em que, por exemplo, deliberem “juntar-se” a Degraças e a Pombalinho, e a Assembleia Municipal também aprovasse isso, como não diminuíamos o número de Freguesias diminuídas, podia “passar”... Mas, de acordo com esta proposta de lei, que diz no artigo 3.º, ponto 4 “*a sede do município deve ser preferencialmente considerada como ponto de atracção das freguesias que lhe sejam contíguas, independentemente de nestas se situarem ou não lugares urbanos, de modo a promover as respectivas dinâmicas económicas e sociais*”... isto é, a aplicação linear do previsto no ponto 4 do artigo 3.º determina que Tapeus agregue a Soure...

Já o ponto 3 do mesmo artigo diz que “*as Freguesias com um índice de desenvolvimento económico e social mais elevado, um maior número de habitantes e uma maior concentração de equipamentos colectivos devem ser consideradas, no quadro da prestação de serviços públicos de proximidade, como preferenciais pólos de atracção das Freguesias contíguas*...”...esta questão pode aplicar-se a Brunhós... Brunhós é contígua à Gesteira, a Samuel e a Vila Nova de Anços... Sendo contígua a essas três, achamos que é essencial que a Assembleia de Freguesia de Brunhós aprove um Parecer... Este é um daqueles casos em que se não houver pronúncia da Assembleia Municipal, temos dúvidas sobre a decisão da Unidade Técnica!!!...

... Se isto virar de facto lei, para já não deixa de ser uma proposta de lei, no Concelho de Soure as implicações deverão ser estas... O que significa que, em termos práticos, entendo que qualquer que seja a proposta de lei que vier a ser aprovada, nós não devemos esperar pela decisão da Unidade Técnica, antes devemos preparar uma proposta na Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deverá pronunciar-se... Observe-se que é conveniente que haja sempre um Parecer das Assembleias de Freguesias envolvidas, porventura após a realização de um Referendo...”

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 35. REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

**3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

- “Ensaio”

Foi presente a seguinte Proposta:

ENSAIO PARA A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

INTRODUÇÃO

- O Governo em Janeiro de 2012 apresentou um documento de Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária (Mapa Judicial).
- Este Ensaio apresenta vários princípios ordenadores, de entre os quais a extinção dos tribunais em que se verifique um movimento processual inferior a 250 processos entrados/ano.
- Nesta perspectiva, o Governo propõe, entre outras, a extinção do Tribunal da Comarca de Soure, com base nos seguintes fundamentos:
- *“A Comarca de Soure apresenta valores, quer de movimento processual quer de população, inferiores relativamente à Comarca de Montemor-o-Velho;*
- *No que se refere à evolução demográfica, nos últimos anos (Censos 2011 Preliminares), a Comarca de Soure apresenta uma diminuição da população em 8,43%, e Montemor-o-Velho apresenta um aumento de cerca de 3%;*
- *No que respeita às instalações, o Tribunal de Comarca de Soure está instalado em edifício da propriedade do Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, enquanto o Tribunal de Montemor-o-Velho está instalado em edifício da propriedade do Estado Português. Ambos têm boas condições de funcionamento, no entanto Montemor-o-Velho dispõe de melhores instalações”.*

CONSIDERANDOS

- Que o Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária prevê o agrupamento de todas as Comarcas do território nacional em 20 comarcas de âmbito distrital;
- Que este documento estabelece para a Comarca de Coimbra, a criação de um conjunto de juízos de competência especializada, com a finalidade de despejar de conteúdo efectivo os Tribunais de Comarca actualmente existentes;
- Que, de acordo com elementos recolhidos junto da Secretaria Judicial de Soure:
 - a) quanto a processos propostos em juízo, compulsado o registo de entradas do Tribunal Judicial de Soure, os números que se apuraram a 31 de Dezembro dos sucessivos anos são os seguintes:

| NATUREZA DOS PROCESSOS | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|------------------------|------|------|------|------|
|------------------------|------|------|------|------|

**3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012**

| | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|
| Cível | 575 (21 ordinárias, 7 insolvências) | 663 (12 ordinárias, 7 insolvências) | 444 (19 ordinárias, 3 insolvências) | 535 (9 ordinárias, 17 insolvências) |
| Criminal | 108 (2 colectivos) | 105 (2 colectivos) | 127 (3 colectivos) | 116 (6 colectivos) |
| Tutelar/Menores | 48 | 56 | 116 | 55 |
| Instruções | 3 | 8 | 14 | 15 |
| Totais | 734 | 832 | 701 | 721 |

- b) No que tange à pendência processual, os números apurados a 31 de Dezembro dos sucessivos anos são os seguintes:

| PENDÊNCIA PROCESSUAL | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------------|--|---|---|---|
| Cível | 1023 (51 ordinárias, 3 insolvências) | 1559 (64 ordinárias, 27 insolvências) | 1564 (65 ordinárias, 26 insolvências) | 1664 (51 ordinárias, 37 insolvências) |
| Criminal | 59 (1 colectivo) | 240 (25 colectivos) | 233 (24 colectivos) | 202 (25 colectivos) |
| Tutelar/Menores | 35 | 121 | 102 | 120 |
| Instruções | 0 | 5 | 5 | 3 |
| Totais | 1117 | 1925 | 1904 | 1989 |

- Releve-se que face a este significativo volume processual, a Comarca de Soure em 2011 ocupava dois magistrados judiciais, um em permanência e outro dois dias por semana;
- Que, este Ensaio assenta/padece de evidentes erros estatísticos ... com efeito, mantendo em Soure uma secção de competência genérica, percebe-se que a Comarca de Soure, ainda que “espoliada” de instruções criminais, comuns colectivos, acções ordinárias e insolvências, apresentará um número anual de processos, quer entrados quer pendentes, bem acima dos 250;
- Que o edifício do Tribunal de Soure é propriedade do Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. ... o Edifício de Montemor-o-Velho é propriedade do Estado ... não se verifica divergência nem na titularidade nem na propriedade das instalações;
- As inequívocas muito boas condições do edifício e em particular das instalações afectas ao funcionamento do Tribunal Judicial de Soure;
- Que o edifício foi recentemente objecto de várias intervenções de conservação/reparação e remodelação:

- ar condicionado

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012

- isolamento a nível de telhado/ tectos
- acesso a deficientes

isto é, em comparação com os de comarcas vizinhas tem melhores condições a todos os níveis (de espaço, mobiliário e conforto);

- Que, de acordo com elementos recolhidos junto da Secretaria Judicial, a despesa anual com água, luz, telefone e limpeza não chega aos 15.000€. Observe-se que com um eventual encerramento do Tribunal, as restantes despesas com magistrados e funcionários manter-se-iam;
- Que, o concelho de Soure tem uma área significativa, $\approx 264\text{km}^2$, uma população residente de ≈ 20.000 habitantes, dispersa por ≈ 200 lugares, apresentando uma variação positiva do número de famílias residentes;
- Releve-se que Soure é um concelho inequivocamente menos dormitório do que outros limítrofes do concelho de Coimbra, como, por exemplo, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho;
- Que, a deslocação entre a sede do Município de Soure e a sede do Município de Montemor-o-Velho demora em média 30 minutos ... no entanto, para muitas das suas ≈ 200 (duzentas) localidades, uma eventual deslocação para Montemor-o-Velho significaria uma viagem de mais de 60 minutos;
- Que este percurso não é contemplado por nenhum transporte público de carreira, pelo que as partes e as testemunhas teriam de optar por transporte em táxi - caro (35€ ida e volta) - ou apanhar transporte em Soure para Coimbra e dali para Montemor-o-Velho (ida e volta), provavelmente com necessidade de ter de pernoitar fora de casa para poderem estar presentes no Tribunal da parte da manhã;
- Que a primeira grande responsabilidade da Justiça é, substantivamente, sustentar a prevaricação, e o encerramento de Tribunais só vem beneficiar os infractores já que distancia a Justiça dos cidadãos.
- Que a existência de Tribunais – um dos símbolos da Soberania e da Democracia – constitui um factor de coesão territorial e de desenvolvimento económico e social, contribuindo para a fixação de populações, e não é aceitável continuarmos a assistir ao deslocar constante de serviços essenciais para os cidadãos, assim se contribuindo, irreversivelmente, para uma crescente desertificação que os Municípios, mau grado os seus efectivos esforços, não conseguem, sozinhos, combater.
- Assim sendo, afigura-se-nos que esta proposta de Ensaio assentou no desconhecimento da realidade do país, não atentou às realidades vivenciais e às necessidades efectivas das populações, e, em particular, também, às dos cidadãos do concelho de Soure.

PROPOSTA

→ Que se aprove uma Moção de Censura a este Ensaio;

***3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Fevereiro de 2012***

→ Que se submeta esta proposta à Assembleia Municipal de acordo com o previsto no art. 53.º n.º 1 al o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção que lhe é dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro que dispõe: "competem à Assembleia Municipal tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a Autarquia";

→ Que se dê conhecimento das Deliberações à Sra. Ministra da Justiça e que se lhe solicite uma audiência urgente;

NOTA FINAL

Que se dê conhecimento público da aprovação desta Proposta.

Paços do Município de Soure, 15 de Fevereiro
O Presidente,
(João Gouveia, Dr.)

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: "em relação à proposta de censura a este ensaio, a Bancada do P.S.D. vota favoravelmente e espera que o Senhor Presidente use da sua capacidade de liderança e o seu poder para, de facto, garantir que o Concelho de Soure continuará a ter o Tribunal aberto..."

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Moção de Censura ao Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária, bem como a sua submissão à Assembleia Municipal. -----

Ponto 36. PROPOSTA DE LEI N.º 40/XII

- Posição do Grupo Parlamentar do PCP

Foi tomado conhecimento.-----